

Do estereótipo racial no movimento do Contestado: uma discussão sobre o povo caboclo

*From the racial stereotype in the Contestado movement: a
discussion about the caboclo people*

■ Andreza da Silva Jacobsen

Resumo

O objetivo deste artigo é apresentar uma revisão de literatura a partir da qual se busca compreender as definições raciais no âmbito das realidades do contestado. O resgate histórico do conflito conectado com o pensamento racial naquele período vem a discutir como a miscigenação foi uma questão marginalizada no cenário da Primeira República. Diante da “mistura da raça” como ameaça ao futuro da nação a eclosão do conflito no Contestado trouxe o caboclo como alvo daquele sistema. Logo, é através da intersecção entre informações e conhecimentos já acumulados sobre as teorias raciais aplicados à questão do contestado que se considera possível transmitir ao leitor a história por outras linhas de análises que fogem da versão histórica tradicional. Portanto, lembrar o conflito é relatá-lo de acordo com o método “escovar a história a contrapelo”, pois, diferente dos fatos relatados pela história oficial, demonstra-se que houve a atribuição do rótulo racial ao povo caboclo.

Palavras-chave:

Raças; Miscigenação; Contestado; Caboclos; Estereótipos.

Abstract

The aims of this paper is to present a literature review from which we seek to understand racial definitions within the realities of the respondent. The historical rescue of the conflict connected with racial thinking in that period comes to discuss how miscegenation was a marginalized issue in the First Republic scenario. Faced with the “mixture of race” as a threat to the future of the nation, the outbreak of the conflict in Contestado brought the caboclo as a target of that system. Thus, it is through the intersection between information and knowledge already accumulated about the racial theories applied to the questioned question that the story can be transmitted to the reader through other lines of analysis that escape the traditional historical version. Therefore, to remember the conflict is to report it according to the method “brush history against the contrary”, because, unlike the facts reported by official history, it is shown that the racial label was attributed to the Caboclo people.

Key-words

Races; Miscegenation; Contestado; Caboclos; Stereotypes.

Introdução

O movimento do Contestado não está esquecido na história brasileira, sendo que nas últimas décadas houve um aumento significativo das pesquisas sobre este ocorrido histórico. Durante um período prolongado, foi objeto de estudo de sociólogos e antropólogos; porém, atualmente ainda recebe atenção de historiadores e juristas. As novas análises históricas vêm acompanhadas de textos no viés crítico daquela realidade com a colaboração dos seguintes autores: Paulo Pinheiro Machado, Marli Auras, Lilia Moritz. O objetivo deste trabalho, através da revisão de literatura, busca compreender como se deram as relações raciais no âmbito das realidades do Contestado. A intersecção entre as teorias raciais e uma abordagem histórica crítica vão auxiliar no levantamento de dados bibliográficos acerca da atribuição de rótulos às comunidades caboclas vítimas do conflito.

A história do Contestado ainda é em muito silenciada pelo Estado por conta da manutenção da ordem conservadora até hoje existente na região. Todavia, os autores contemporâneos que relatam as fases da guerra do Contestado rompem com a visão de mundo pronta e questionam as causas da atribuição do estereótipo racial. A literatura sugere uma análise crítica do conjunto de relações que cercam o modo do “ser” caboclo e que diferente da história oficial, autoquestiona aquele determinado contexto. Logo, as bibliografias específicas sobre a eclosão do conflito, ao dialogar com as teorias raciais do início do século XX, vão explicar como se deram as relações raciais naquele âmbito. Embora o governo republicano tenha considerado o caboclo como ser perturbador de ordem, o fator da “raça” não deixou de ser um dos aspectos mais importantes para o massacre final.

O texto será dividido em sete seções. As duas primeiras abordam os fatores históricos do contestado e as teorias raciais em âmbito geral. As seções três e quatro situam o leitor a respeito da origem do povo caboclo e quem foram as pessoas que lutaram no conflito. Na quinta e sexta parte do texto observa o caboclo projetado como “outro” pelos estudos raciais do início do século XX. Na última seção há uma breve reflexão sobre o pensamento da época que etiquetou um povo baseando em teorias que não se adequavam à realidade brasileira.

Abordagem histórica sobre o conflito

A história do sul do Brasil foi marcada por alguns conflitos, entre eles a Revolução Farroupilha, em 1835, a Revolução Federalista, que perdurou de 1893 a 1895, o Cerco da Lapa, em 1894, e o conflito do Contestado, de 1912 a 1916 (AURAS, 1984, p.16). A guerra do Contestado ocorreu durante o governo do Marechal Hermes da Fonseca, na região do planalto catarinense. Os combates se deram entre sertanejos da região contestada e as forças do Estado, dentre elas o Exército Brasileiro e as polícias do Paraná e Santa Catarina (AURAS, 1984, p.16).

Ao sul do rio Iguaçu e norte do rio Uruguai habitavam, numa área de 28 mil km², milhares de povos distribuídos em campos, matas e vilas. O planalto catarinense permitiu uma mistura de diferentes etnias, dentre elas, os açorianos e madeirenses, vindos pelos anos de 1748 a 1756. Por volta de 1850 chegaram os imigrantes alemães e italianos que se instalaram em cidades como Itajaí, Tijucas, Tubarão, faixa litorânea catarinense. O relevo era escarpado e coberto de Mata Atlântica e, junto à população indígena Xoclog, resistente a ataques de invasores, promovia a separação entre a região litorânea e a planáltica. Nas matas e faxinais vivia uma população nacional, os chamados caboclos, muitos indígenas destribalizados, descendentes de

africanos e população mestiça cujo somatório compunha a principal camada de trabalhadores pobres da região (AURAS, 1984, p.24).

Na composição social territorial, de um lado havia um grupo minoritário de pessoas que detinha a posse legal das vastas terras, sendo esses os coronéis. Já em oposição ao grupo anterior, havia um agrupamento maior, composto de peões, agregados e pequenos lavradores que ocupavam o restante dos lotes. A marginalização do caboclo perante os latifundiários e a entrada do capital estrangeiro no sul do país gerou uma profunda ruptura nos laços de compadrio entre agregados e coronéis. Diante das disparidades sociais, econômicas, religiosas e étnicas foi surgindo a rebeldia cabocla, que veio a ser a resposta do sertanejo diante da exclusão sofrida (AURAS, 1984, p.33).

A construção do intitulado projeto rebelde pelos devotos do curandeiro José Maria, após o combate de Irani, em 1912, levou à convocação das forças armadas por líderes da política local, sendo eles os coronéis, além de empresários estrangeiros, proprietários da Companhia Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande e da gigantesca madeireira de Três Barras. Entre as causas que levaram ao conflito aponta-se a disputa pela posse das terras, o enfrentamento ao coronelismo, a competição econômica e a questão de limites interestaduais. Em paralelo a todas estas causas ainda ocorreram levantes de grupos messiânicos e o deslocamento compulsório de populações nacionais pela construção da linha férrea trecho São Paulo-Rio Grande (FRAGA, 2010, *apud* PAGANI, 2017, p.50).

Logo, o movimento do Contestado foi apenas mais um clamor do povo diante da Primeira República, que nasceu excludente, pois não se configurou enquanto resultado da ação da maioria da população e não incorporou a participação popular (PINHEIRO, et al., 1991, citado por ALVAREZ, SALLA e SOUZA, 2003, p.04-05).

Diante da eclosão do conflito, este mestiço, o caboclo, constituiu-se como elemento desorganizador de um modo de vida, da economia, da demografia e também da cultura. A introdução das teorias raciais do século XX no caso brasileiro reforçou a ideia de inferioridade dos nativos, pois toda mestiçagem, naquele contexto, era considerada condenável (POMA DE AYALA, 1980, *apud* SÁ, 2013, p.104). Portanto, os estudos raciais europeus, como modelo para explicar a questão das raças em âmbito nacional, foram considerados um erro, pois, tratava-se de uma realidade distinta e a importação dessas teorias somente colaborou para acentuação da versão pessimista da mestiçagem que já existia no Brasil (SCHWARCZ, 1993, p.18).

As teorias raciais no século XX

O fim do século XIX e início do XX privilegiou um projeto autoritário que valorizou a política do branqueamento das raças no Brasil. A causa do pensamento político social brasileiro no período de 1900 e anos seguintes foi diretamente influenciada pelo determinismo racial europeu (SANTANA e SANTOS, 2016, p.02). A disputa que se dava na Europa era entre teorias poligenistas e monogenistas. Uma vez que as pesquisas antropológicas faziam uma análise biológica do comportamento humano, privilegiando a interpretação poligenista, os trabalhos etnológicos caminhavam para uma visão mais filosófica, construindo uma orientação humanista e tradição monogenista. Desses conflitos surgiram sociedades rivais que reiteravam essas distinções teóricas. As sociedades antropológicas defendiam a imutabilidade dos tipos humanos, sendo defensores das teorias de caráter poligenista; enquanto que as sociedades de

cunho etnológico se mantinham fiéis a uma interpretação monogenista, defendendo o aprimoramento evolutivo das raças (RANGEL, 2015, p.14-15).

Além disso, o conceito de raça passou a assumir uma nova conotação, deixando apenas de se referir às concepções biológicas e adentrando as questões de cunho político e cultural. A preocupação com a miscigenação das raças refletia a nova realidade que se apresentava. A miscigenação fortaleceu a tese poligenista da origem diversa da humanidade, abrindo caminho para novas reflexões acerca da mistura das raças, uma vez que as raças humanas eram consideradas espécies diversas e a hibridização era algo a ser evitado. Por sua vez, a antropologia cultural surgiu e se desenvolveu sob uma ótica comparativa. Considerava a civilização e o progresso como modelos universais: o progresso era obrigatório e a humanidade única. A partir dela, duas escolas tornaram-se influentes: a escola determinista geográfica, que acreditava que o meio condicionava o desenvolvimento cultural; e a escola de viés racial, que considerava o processo de miscigenação como sinônimo de degeneração racial e social, enaltecendo os “tipos raciais puros”. Essa escola determinista de cunho racial gerou um ideal político de submissão das raças inferiores ou mesmo sua eliminação (RANGEL, 2015, p.15).

Com a implantação da Primeira República e a influência do liberalismo do século anterior, no Brasil as teorias raciais que já haviam sido aplicadas na Europa foram acolhidas com maior apreço pelas entidades científicas nacionais entre o período de 1870 a 1930 (SCHWARCZ, 1993, p.13). A sociedade brasileira era pautada pelas oligarquias políticas que assumiam o poder com autoritarismo em detrimento da liberdade, pois havia uma preocupação demasiada em ingressar no mundo liberal moderno. Assim, a questão da miscigenação foi usada para explicar a realidade brasileira: o mestiço era considerado ora um problema, ora uma solução (SANTANA e SANTOS, 2016, p.03).

O século XIX destacou o movimento abolicionista. Já o século XX lançou estudos acerca da “superioridade” dos povos do Norte. No Brasil, tais teorias direcionavam para a questão racial como problema e logo a mestiçagem foi vista como algo negativo por parte dos intelectuais brasileiros (RANGEL, 2015, p.02). Todavia, ao transplantar as ideias europeias para o país os pesquisadores encontraram dificuldades, pois a nação já era miscigenada. Desse modo, se a Primeira República tinha deixado para trás a escravidão, era a hora de enfrentar a questão racial como empecilho para o progresso da nação ou como alternativa para a formação de uma identidade nacional (SANTOS e SILVA, 2018, p.254). O Brasil necessitava aparecer no cenário internacional como sociedade moderna e científica, seguindo o padrão europeu de progresso e civilidade. Havia preocupação nacional com a imagem afora, a qual não seria mais apresentada com sua exuberância “natural”, mas sim como figura industrial, intelectualizada, tecnológica e inovadora (SCHWARCZ, 1993, p.32).

Na década de 1870 houve a introdução do positivismo evolucionista na análise dos modelos raciais e foram criados os museus etnográficos, as faculdades de direito e medicina e institutos históricos e geográficos, cada um colaborando de uma forma para a compreensão do conceito de raça no Brasil. Diante de um projeto de reconstrução de um novo país pós-escravidão e pós-monarquia, o pensamento das elites intelectuais da Primeira República era a raça como a forma de compreensão daquela realidade (SCHWARCZ, 1993, p.14).

As primeiras teorias difundidas em âmbito nacional foram o evolucionismo social, o positivismo, o naturalismo e o darwinismo social, que visaram debater sobre detalhes de uma cultura brasileira alheia àquela advinda das elites metropolitanas (SCHWARCZ, 1993, p.28). No cenário nacional, os precursores das teorias raciais europeias foram Euclides da Cunha, Sílvio

Romero, Nina Rodrigues, Oliveira Viana, entre outros. Um dos precursores brasileiros da tese do branqueamento e enfrentamento da “raça mestiça” foi Sílvio Romero, que se baseou nas explicações naturalistas da evolução da sociedade. Romero tomou o mestiço como base para a formação do povo brasileiro. De acordo com ele, o Brasil seria o produto de três correntes raciais: o branco europeu - branco (greco-latino) que chegou no Brasil com o colonizador e seria ífero às populações germano-saxônicas; os negros africanos, que supostamente jamais gerariam uma civilização, considerados como “derrotados” na escala etnográfica; e os índios aborígenes, os mais “inferiores” naquela escala (SKIDMORE, 1976, *apud* RANGEL, 2015, p.17). Já Euclides da Cunha via no regime meteorológico a diferença entre o Norte e o Sul, considerando o Sul como superior. Por sua vez, Nina Rodrigues salientava o risco de esfacelamento da nacionalidade, pois o Sul tinha população predominantemente branca e moderna, já o contingente populacional do Norte era formado por negros e mestiços, o que atrapalharia o progresso da nação. O autor Oliveira Viana, por fim, expunha que mais ao Sul do Brasil, principalmente o Sudeste, observava-se a “aristocracia moral” e “psicologicamente superior” (ALBUQUERQUE JR., 2001, *apud* VASCONCELOS, 2006, p.03-04).

Nesse contexto, observa-se que houve uma valorização das teorias raciais em detrimento de outros modelos teóricos da época, como bem explica Schwarcz (1993, p. 34-35):

A resposta não é tão imediata. Ou, seja, se é certo que o conhecimento e a aceitação desses modelos evolucionistas e darwinistas sociais por parte das elites intelectuais e políticas brasileiras traziam a sensação de proximidade com o mundo europeu e de confiança na inevitabilidade do progresso e da civilização, isso implicava, no entanto, certo mal-estar quando se tratava de aplicar tais teorias em suas considerações sobre as raças.

A mestiçagem no Brasil sempre foi vista com maus olhos e responsável pelo atraso da nação. Os estudos para a aplicação das teorias raciais indicavam que a multiplicação das raças alcançaria a esperada seleção e levaria o país a ser branco (SCHWARCZ, 1993, p.12-13). Para Guimarães (1999), a “ideia de embranquecimento [...] foi, antes de tudo, uma maneira de racionalizar os sentimentos de inferioridade racial instalados pelo racismo científico e pelo determinismo geográfico do século XIX” (GUIMARÃES, 1999, *apud* SANTOS e SILVA, 2018, p.256).

A tese do branqueamento baseava-se na presunção da superioridade branca, às vezes pelo uso dos eufemismos “raças mais adiantadas” e pelo fato de ficar em aberto a questão de ser a inferioridade inata. À suposição, juntavam-se mais duas: Primeiro – a população negra diminuiria progressivamente em relação à branca. Segundo – a miscigenação produzia “naturalmente” uma população mais clara, em parte porque o gene branco era mais forte e em parte porque as pessoas procurassem parceiros mais claros [...] (SKIDMORE, 2012, *apud* SANTOS e SILVA, 2018, p.257).

A ideologia do branqueamento presente no processo de miscigenação no Brasil fomentou a construção de uma identidade nacional baseada na herança branca europeia, negando-se qualquer possibilidade de se pensar em identidades alternativas, fundamentadas na herança negra de origem africana (MUNANGA, 2004 *apud* SANTOS e SILVA, 2018, p.257).

Também havia o entendimento, por uma minoria de antropólogos, incluindo Roquette Pinto, que os mestiços do Brasil não poderiam ser considerados como povos degenerados ou inferiores. Seu ponto de vista expunha que condenar o povo mestiço era sustentar o discurso do povo ariano.

(ROQUETTE-PINTO, 1918, *apud* SOUZA, 2016, p.599). No caso norte-americano as autoridades interpretavam que as consequências da miscigenação, poderiam ir além de atingir os bons aspectos das “raças arianas”, como também causassem mais problemas sociais, como a formação de indivíduos doentes, degenerados e intelectualmente inferiores (KEVLES, 1985, *apud* SOUZA, 2016, p.601). Já a visão euclidiana a respeito da mestiçagem era romantizada, pois o autor quis estabelecer a perspectiva de um homem nacional. Euclides traz duas versões sobre o homem sertanejo: uma delas sobre o mestiço do sertão; outra sobre o mestiço do litoral. O autor menciona que apesar de habitar o sertão, bárbaro, distante, o mestiço rural era forte porque conjugava elementos singulares como a adaptação ao meio, guardando valores culturais próprios, assim afirmando-se que a existência de uma brasilidade sertaneja seria algo essencial à formação histórica brasileira. Todavia, o mestiço do litoral foi denominado como mulato, fruto de brancos e negros, sendo este fraco e degenerado, condenado a desaparecer (OLIVEIRA, 2002, p.523).

A esperança em um país melhor, civilizado, soberano e que trilhasse os rumos do progresso foi compartilhada por toda uma geração de intelectuais, militantes (como Euclides) por esta utopia. Mas Euclides da Cunha foi alguém que, muito além das contradições de seu pensamento, vivenciou o Brasil de forma radical, profunda e na mesma medida, da maneira mais angustiante possível (OLIVEIRA, 2002, p.527). A compreensão do fenômeno da originalidade do sertanejo se expressa na função da possibilidade de surgimento de uma raça diferenciada das demais que através do embate com o meio, fez-se forte, contrariando as teses raciais vigentes (CUNHA, 1975, *apud* OLIVEIRA, 2002, p.524). Contudo, a análise euclidiana esbarrou na ambiguidade e no contraste quando criou o estereótipo negativo e também positivo do sertão, à medida que escreveu sua obra “Os sertões” (VASCONCELOS, 2006, p.05).

Portanto, no Brasil, houve os que questionaram as teorias raciais europeias isoladas numa angústia pelos rumos que o país tinha tomado. Todavia, outros intelectuais diante do envolvimento com a construção da brasilidade e com a busca da identidade nacional deram as costas ao cenário político. Assim, nascia a Primeira República excludente, racista e capaz de privilegiar o olhar de fora em detrimento de sua gente. Logo, o sinônimo da higienização social foram as políticas de colonização implantadas na região sul do Brasil, num dos conflitos mais significativos na história nacional (CUNHA, 1890, *apud* OLIVEIRA, 2002, p.529).

Os povos do Contestado

Seguindo a linha cronológica do tópico anterior, diante da discussão sobre o preconceito sofrido por um povo cabe ao pesquisador relatar, de maneira geral, quem era o povo que habitava a região contestada. O histórico da região relata a origem dos povos no Contestado, desde a primeira etnia presente na região até a chegada dos imigrantes. Além dos Guaranis, outros grupos indígenas originários a habitar os sertões catarinenses foram os Tupis e os Guaianás, que se situaram as margens do Rio Chopim, no Paraná. Conforme as palavras de Thomé:

(...) por volta de 1560, dali expandindo seus domínios a outras áreas. Mais tarde, foi possível distinguir as aldeias conhecidas: “As dos campos de Curitiba foram englobadas na tribo dos “tinguis”. As que se alinharam ao norte do Iguaçu, sobre o divisor de águas deste rio, e as que ocuparam as suas margens, de um lado e outro, foram identificados com os “caiguás” (entre o Pequiri e o Iguaçu), com os “guainases” (localizados nas margens do rio Chopim, teriam vindo de Piratininga após a derrota que lhes infringiram os paulistas em 1562, sendo duvidosa a sua filiação do ramo tupi-guarani), com os “guapurás” e os

“mimos”(norte do médio e baixo Iguaçu), com os “chiquis”(entre o Iguaçu e o Piquiri), com os “biturunas”(campos de Palmas), com os “pinarés”(sul dos rios Negro e Iguaçu e cabeceiras do Uruguai), com os “chovas” (nos pinhais da margem do Iguaçu), com os “cheripás”(margem esquerda do Rio Paraná, entre a foz do Pequiri e a do Iguaçu), com os “papagaios” (campos de Palmas) com os “guapuás”(margem do Iguaçu) (THOMÉ, 1981, p.24).

O litoral de Santa Catarina era habitado predominantemente por índios Carijós; já entre a região litorânea e o planalto, viviam os Xokleng; e no planalto na parte oeste, viviam os Kainiãni. Os Carijós pertenciam ao grupo Tupi Guarani, porém, os Xokleng e Kaingang eram provenientes do grupo Gê (THOMÉ, 1981, p.25). Os Xokleng do Contestado eram seminômades, caçadores, típicos coletores das matas e dependiam basicamente da caça e da coleta para viver. Estes índios filiados ao tronco Gê dominavam a região de pinhais a leste do Rio do Peixe, em Caçador, Lages, Curitiba, Santa Cecília e Canoinhas. Os Xokleng foram extintos na luta pelo seu território contra fazendeiros, tropeiros e colonos (THOMÉ, 1981, p.26). Já os Kaingang situavam-se na área compreendida ao norte do rio Uruguai, a oeste do rio do Peixe, os campos de Palmas, de Guarapuava, e ao norte atingiam até as margens do Parapanema. Este povo indígena era seminômade, extremamente vingador dos assassinos de sua gente e dividiam-se em grupos de cinquenta, cem ou mais indivíduos, sendo governados por caciques. A proximidade com o homem branco e as batalhas sangrentas internas fizeram com que os Kaingang perdessem seus territórios. A expulsão destas tribos de suas terras e a própria autodestruição fez com que os mesmos tivessem seu contingente populacional reduzido (THOMÉ, 1981, p.27-29).

O caboclo habitante na região contestada teve proximidade direta com os descendentes desses troncos Gês. Os denominados mamelucos foram originados da mescla de castelhanos e lusitanos com indígenas. Os bandeirantes, tropeiros que passaram pelo planalto catarinense, eram mestiços euro-ameríndios, com intensa fisionomia Tupi-Guarani, que se juntaram a outros povos do grupo Gê. No contestado, tamanha mistura proporcionou a formação de diversos tipos de caboclos, desde aqueles que têm sua origem na mescla de índios paulistas com portugueses, até os mamelucos, da geração dos caboclos originais com índios regionais, especificamente dos agrupamentos Gê (THOMÉ, 1981, p.54).

O caboclo do sertão catarinense possui características culturais que o identificam com os antigos senhores de terras. O homem do Contestado recebeu influência de tradições de proveniência ibérica, de bandeiras paulistas, de gaúchos e principalmente de indígenas, que por força de seus hábitos, auxiliaram o caboclo a encarar a vida árdua nas matas selvagens. Todavia, a chegada de um grande contingente populacional de imigrantes causou um impacto tanto no índio quanto no caboclo original, que teve afastado seu aspecto semelhante ao homem primitivo (THOMÉ, 1981, p.60).

Os caboclos do Contestado

Conforme os dados históricos acerca das origens do povo no Contestado, é de extrema importância explorar para conhecer quem era este habitante na região sul do Brasil, alvo de uma exclusão social feita pelas elites no século XX. Além de obter conhecimento do ponto de vista geral deste povo, é relevante apontar o real significado da palavra “caboclo”, já que é o principal objeto deste estudo. Segundo Silva (2014), a denominação “caboclo” teve suas raízes

no período colonial brasileiro, posto que o termo era empregado para a identificação do indígena ou do processo de miscigenação do português com o nativo (SILVA, 2014, p. 02).

Conforme o dicionário Houaiss, a palavra tem origem indígena e designa “indivíduo nascido de índia e branco (ou vice-versa), fisicamente caracterizado por ter pele morena ou acobreada e cabelos negros e lisos” e/ou “indivíduo (especialmente habitante do sertão) com ascendência de índio e branco e com físico e os modos desconfiados, retraídos” (HOUAISS, 2001 *apud* SILVA, 2014, p.2). Salientam os autores Spix e Martius:

O sertanejo é criatura da natureza, sem instrução, sem exigências, de costumes simples e rudes. Envergonhado de si próprio e de todos que o cercam, falta-lhe o sentimento da delicadeza moral, o que já se demonstra pela negligência no modo de vestir; porém, é bem intencionado, prestativo, nada egoísta e de gênio pacífico. A solidão e a falta de amor espiritual, arrastam-no para o jogo de cartas e dados e para o amor sensual, no qual, incitado pelo seu temperamento insaciável e pelo calor do clima, goza com requinte. O ciúme é quase a única paixão que o leva ao crime. Ademais, só a mínima parte dos sertanejos é de origem puramente europeia; a maioria consta de mulatos, na quarta ou quinta geração; outros são mestiços de índios com negros ou de europeus com índios. Escravos negros são raros, devido a miséria geral dos colonos; os trabalhos na lavoura e da criação de gado são feitos pelos próprios membros da família (SPIX e MARTIUS, 1976, *apud* CARMO, 2017, p.5).

No sul do Brasil, o caboclo foi tratado como homem pobre, lavrador que enfrentou diretamente o processo de colonização devido à chegada de imigrantes europeus na região (SILVA, 2014, p.02). Dessa maneira, a palavra “caboclo” passou a ser empregada para dar ênfase a um tipo de camponês pobre, normalmente mestiço e que executava um tipo de agricultura orientada para a subsistência familiar, além de ser dono de um modo de vida próprio, semelhante ao indígena e sendo marcado por sua mobilidade nas áreas de fronteira agrária (SILVA, 2014, p.13). Conforme Tomazi (2005), numa visão otimista sobre os caboclos descreveu-se que eram povos miscigenados, híbridos e em constante transformação, pois mesmo diante da perda da terra e do abandono por parte das autoridades, estes homens persistiam no tempo.

Até um século atrás, a identidade cabocla do Contestado ia sendo estruturada fundamentalmente a partir de uma experiência de vida comunitária e numa relação íntima com a natureza. Desconsiderando o processo de colonização baseado na violência promovida a partir das grandes fazendas de criação de gado e da cultura liberal capitalista, o povo do Contestado formava pequenas comunidades e vivia segundo valores herdados das culturas indígenas, africanas e europeia-cristã (TOMAZI, 2005 *apud* MACHADO, 2017, p. 160).

O “Ser” caboclo no Contestado foi um indivíduo em harmonia com seu meio, tanto social como ambiental e com suas características simples, as quais não se assemelhavam ao modo capitalista e liberal almejado pelos republicanos. Já as frentes de colonização, que encontravam apoio no Estado Nacional, foram em busca de um país branco, criando estereótipos em relação à população local que foi marginalizada (FRAGA, 2012; MACHADO, 2015 *apud* MACHADO, 2017, p.162).

O estereótipo e a questão do outro

Conforme Pereira (2011) conceitua:

Os estereótipos são crenças socialmente compartilhadas a respeito dos membros de uma categoria social, que se referem a suposições sobre a homogeneidade grupal e aos padrões comuns de comportamento dos indivíduos que pertencem a um mesmo grupo social. Sustentam-se em teorias implícitas sobre os fatores que determinam os padrões de conduta dos indivíduos, cuja expressão mais evidente encontra-se na aplicação de julgamentos categóricos, que usualmente se fundamentam em suposições sobre a existência de essências ou traços psicológicos intercambiáveis entre os membros de uma mesma categoria social.(PEREIRA, 2011 *apud* PEREIRA, MODESTO e MATOS, 2012, p.203).

Na construção do estereótipo racial na região contestada, foi indispensável relembrar da expulsão dos indígenas de suas terras de origem: “À medida que o homem branco foi descobrindo novas terras ao sul do país ocorreu a dizimação do povo nativo” como cita Machado (2004, p. 58), “normalmente, a população “branca” procedia à eliminação dos bugres das regiões recém-ocupadas, como forma preventiva de limpeza de terreno”. Assim, a história do Contestado esteve amplamente ligada à questão da “higienização” das primeiras populações, visando ceder lugar a outros habitantes, os imigrantes, que viriam colonizar e “trazer progresso ao sul do Brasil”. Como nos ensina Bhabha (1992), a questão do Contestado se identifica com a aplicação do discurso colonial que se concentra em edificar o colonizado como população degenerada (BHABHA, 1992, p.184-185).

A base dos argumentos tem origem racial para explicar a conquista e determinar sistemas administrativos e culturais. Sobre o caboclo se exerce um poder disciplinar que o limita em seu próprio território, o reconhece como degenerado e primitivo e para a cura deste mal é necessária a intervenção estatal, para aceleração da seleção natural. (BHABHA, 1992, p.184-185). Os projetos do governo republicano vinham romper com a ideia de atraso social e econômico; por isso o estereótipo construído em torno da raça era o primeiro objeto de mudança. Em virtude das misturas que deram origens a cafuzos, mamelucos, mulatos (que eram considerados “sucata genética”), o propósito era a eliminação desses grupos, a fim de evitar o crescimento de bandos de gente desocupada e desajustada que constituíam uma ameaça a fazendeiros e oligarquias locais. O medo disseminado nos sertões sulistas do Brasil durante os anos de 1900 a 1910 contribuiu para a ideia de que o Estado deveria fazer uma limpeza populacional, sendo uma espécie de varredura do povo de cor, pobre e sulista (CABRAL, 1979, p.197).

Nesse sentido, a luta do povo no Contestado foi justamente contra a imagem distorcida da população sertaneja, praticada pela política racista da época. O objetivo da classe dominante era a substituição dos mestiços e caboclos para que houvesse o branqueamento da população no sul do Brasil. De acordo com Brogni, Wolff e Canabarro (2008), o branqueamento da nação era uma das imposições do período e por isso, quem não se encaixava era jogado para o interior do país ou para as periferias das capitais (BROGNI, WOLFF e CANABARRO, 2008, p.63).

O estereótipo racial no Contestado

As teorias evolucionistas e darwinistas populares no Brasil com o objetivo de entender o problema da raça reduziram seu pensamento na busca de uma raça única, a branca (SCHWARCZ, 1993, p.35). Esses modelos teóricos incorreram no fracasso diante da mistura de povos que se encontrava no Brasil: o projeto europeu de civilização não poderia ser aplicado em virtude da presença da diversidade racial brasileira (BROGNI, WOLFF e CANABARRO, 2008, p.67). Tratando-se do sertanejo, a abordagem que se fez no contexto geral das elites brasileiras, quanto ao seu perfil, não era o tipo de povo que o regime político almejava para o progresso da nação. Portanto, deveria ser reprimido e exterminado. No caso do Contestado, da miscigenação, surgiu o caboclo como ser ífero. Considerou-se este homem como ignorante, xucro, descrito como homem camponês, trabalhador da roça, jeca, encabulado, de nível intelectual lerdo e de aspecto físico desjeitoso, de cor parda e com sentimento de braveza equiparada a das tribos indígenas (THOMÉ, 1992, p.20). Da Luz (1999) complementa as características dos sertanejos sulistas mencionando que:

A feição psíquica do homem do planalto, portanto, delinea-se assim: é valente e fatalista, mas belicoso; serviçal, afeiçoado ao trabalho, em especial às lides do campo; honesto, bom, hospitaleiro; grave, pouco sentimental e nada romântico, mas amoroso com a família; no exterior um desconfiado, mas no interior um crédulo; sem grandes alegrias, nem expansividade: um introvertido, inteligente, mas analfabeto (DA LUZ, 1999 *apud* BRITO, 2010, p.65).

Segundo a posição de Da Luz (1999), se exaltava a Europa e os Estados Unidos, em uma busca de enquadrar a situação brasileira num progresso que ainda nem havia chegada ao sul do país. O sertão catarinense uniu brancos, índios, negros, os puros e os mestiços para lutarem pela justiça social e a liberdade (DA LUZ, 1999 *apud* BRITO, 2010, p.65). Por sua vez, Thomé (1992) descreve algumas características deste povo nos seguintes sentidos:

A forte personalidade desta gente sempre se impôs no território e só dividiu primazia após a chegada dos imigrantes europeus recentes, que viam no caboclo um ser inferior, inculto e selvagem. Mas, logo os brancos “puros” se curvaram à sabedoria deste caipira, que conhecia a mata, distinguia o solo, previa o tempo falava a linguagem da natureza, reconhecia o perigo à distância, praticava a automedicação e que se sentia à vontade nas suas terras, estranhas aos recém-chegados (THOMÉ, 1992, p. 19).

Na visão de Cunha (1995), em sua obra “Os sertões”, a região estudada seria dividida entre um litoral desenvolvido e um interior incivilizado, o que é fácil de visualizar quanto ao caso do Contestado. A exemplo da guerra de Canudos, no conflito sulista o aspecto racial era destacado em virtude da aversão à mistura de povos, e projeto civilizatório almejado pelas autoridades nacionais era puramente europeu: ou seja, se negava a própria identidade brasileira para aplicação de teorias evolucionistas com intuito de que se encontrasse o progresso (CUNHA, 1995 *apud* REZENDE, 2001, p.209). A autora Maria José de Rezende (2001) cita:

O grande problema era, então, a ausência de um projeto de civilização que levasse em conta o jagunço destemeroso, o tabaréu ingênuo, o caipira simplório, o sertanejo das caatingas nordestinas e do chão úmido da Amazônia. Os setores

preponderantes pretendiam impor formas de mudanças sociais que desconsideravam as especificidades brasileiras. Segundo ele, uma sociedade que pretendia imitar as instituições e os modos de ser e de agir europeus não criaria jamais um autêntico projeto civilizador (REZENDE, 2001, p.203).

Quando Cunha (1995), em um dos trechos de “Os Sertões”, mencionou os aspectos físicos dos caboclos, o que se destacava era resistência perante a paisagem local que o obrigava a se adaptar. O homem sertanejo é associado à resistência das plantas e animais da região onde vive (CUNHA, 1995, apud REZENDE, 2001, p.204). Seguindo esta lógica de pensamento do período, as ideias de resistência ao clima, temperatura e estações estão associadas aos estudos darwinianos e spencerianos através das teorias evolucionistas. Os sertanejos seriam adaptáveis à região em que viviam, sendo conhecedores dos animais e plantas, se locomovendo com facilidade entre um lugar e outro. Porém, esse grau de conhecimento e vivência não interessava ao projeto de nação que se queria implantar no Brasil, justamente por causa das teorias raciais pregarem o branqueamento da nação.

Nesses termos, o processo de branqueamento da população brasileira pode ser entendido tanto em âmbito físico como cultural. No campo físico, houve vários investimentos, principalmente na área da pesquisa para que houvesse o embranquecimento do povo brasileiro. Já no âmbito cultural, projetava-se no inconsciente da população negra e mestiça os padrões da cor representada como superior, ou seja, a branca, que servia de modelo a título de beleza e perfeição (FERREIRA, 2012, p.12). Os autores Valentini e Radin (2011) descreveram como os demais intelectuais refletiam sobre a imagem do sertão catarinense. Tal universo era considerado um espaço selvagem e distante, seus moradores representando o atraso e a incivilidade, uma gente desqualificada que não combinava com a modernidade.

São estes argumentos que auxiliam na compreensão de que o caboclo, ora sertanejo, esteve do outro lado, mas ele não ocupava esta posição porque queria, ele foi etiquetado. A atribuição de rótulos pela raça reforçou o argumento de que era necessário um preenchimento dos vazios demográficos com gente qualificada (VALENTINI e RADIN, 2011, p.10-11).

A colonização do meio oeste e oeste catarinense se deu com a chegada dos primeiros imigrantes italianos, alemães e poloneses, sendo que, no imaginário do governo republicano nestas terras não havia contingente populacional. O incentivo à imigração permitiria “civilizar” o aspecto rural, e então a realidade foi interpretada da seguinte maneira: “no sertão catarinense ‘os de fora’ se impuseram aos estabelecidos e se sentiram amparados pelos costumes e pelo direito, e estranhos passaram a ser os indígenas e caboclos que historicamente habitavam as terras” (VALENTINI e RADIN, 2011, p.12-13).

Lembrando que o processo de imigração estava ocorrendo paralelo ao conflito no Contestado, após seu término o obstáculo para o nativo foi ainda maior, conforme expressa o seguinte trecho:

No final da Guerra do Contestado, o General Setembrino de Carvalho chegou a trocar correspondência com o governador de Santa Catarina aventando a possibilidade de colocação dos capitulantes sertanejos em colônias. Segundo o historiador Paulo Pinheiro Machado, através de um telegrama, o General Setembrino solicitava ao Governador catarinense, Felipe Schmidt, que a Inspeção Federal de Povoamento do Solo, ligada ao Ministério da Agricultura, colocasse os “ex fanáticos” em colônias, sendo descartada a possibilidade, pois

as colônias existentes estavam organizadas para a recepção de imigrantes europeus (MACHADO, 2004 *apud* VALENTINI e RADIN, 2011, p.11).

Com as raízes do sistema escravista, os europeus, convencidos de sua superioridade, influenciaram os pensadores brasileiros sobre a negação do negro e do mestiço, embora estas duas etnias fossem nativas do país. Com ideias de supremacia da cor branca, foi dificultoso identificar os mestiços entre os sertões sulistas, pois o povo sertanejo temia sua própria identidade devido ao discurso da estereotipia (MUNANGA, 2008 *apud* FERREIRA, 2012, p.15-16). Fez-se então uma desconstrução da imagem dos nativos para recepcionar o que era europeu, sendo a imigração algo que demonstrou o repúdio dos povos aqui presentes para que fosse possível o branqueamento da nação (ALBERTI e PEREIRA, 2005 *apud* FERREIRA, 2012, p.15-16).

Assim, o fator raça na questão do Contestado foi crucial para a atribuição de etiquetas aos sertanejos que compunham o movimento social. Na denúncia lavrada no Auto de Inquérito do Juízo da Comarca de Palmas (1913), no Paraná, a presença de alguns termos no documento demonstrou como se aplicava a proporção das penas aos atos praticados por este grupo miscigenado. O processo judicial relatou sobre o combate de Irani, a primeira batalha no Contestado, que descreveu o sertanejo como perturbador de ordem, subversivo, fanático e fadado a delinquir. A escrita se encaixava justamente conforme o pensamento de um dos pensadores da época, o autor Nina Rodrigues, que defendia a criação de órgãos de responsabilização penal de forma diferenciada para brancos e negros, já que estes últimos nasciam com a inclinação a delinquir (MUNANGA, 2008; LEITE, 1992 *apud* FERREIRA, 2012, p.17-18).

No contestado a atribuição de condutas delituosas fundamentadas na questão racial uniu-se para a construção da versão negativa do sertanejo. Portanto, conforme as palavras de Albuquerque Jr. (2001), “o discurso da estereotipia é um discurso assertivo, repetitivo, é uma fala arrogante, uma linguagem que leva a estabilidade acrítica, é fruto de uma voz segura e autossuficiente que se arroga o direito de dizer o que é o outro em poucas palavras”. (ALBUQUERQUE, 2001 *apud* VASCONCELOS, 2006, p.07).

Considerações finais

O objetivo deste trabalho foi fazer uma revisão de literatura para compreender como se deram as relações raciais no âmbito das realidades do Contestado. A inserção da abordagem das teorias raciais conectando-se a uma nova versão de história que se identifica com a história crítica, pois, através de um conjunto de novos elementos se permitiu a análise do aspecto racial ocultado nos textos da história tradicional. O averiguar das informações se deu através do apoio das bibliografias contemporâneas com o suporte dos estudos raciais do século XX, a fim de “escovar a história a contrapelo”. Sendo assim, foi possível afirmar a hipótese a respeito da questão racial no Contestado, que embora ocultado o estereótipo de raça pela história oficial, o resgate histórico crítico trouxe ao leitor a outra versão a ser relatada.

Perante o abandono das autoridades e isolamento social, o caboclo foi tratado como o “outro”, o do lado de lá, o não brasileiro. O controle hierárquico utilizou-se de mecanismos de seleção, como a política da higienização de raças, pois privilegiava-se o branqueamento da nação. Conforme os padrões científicos exaltavam um modelo de povo, tudo o que era distinto desse padrão era considerado a margem da sociedade. A representação do que era desejado ou

indesejado no sertão catarinense foi expressada na mídia das companhias colonizadoras. A demonstração do positivo se deu quando as terras sulistas passaram a ser colonizadas por imigrantes, nunca se mostrou o nativo como peça do desenvolvimento econômico. A colonização trouxe o “padrão civilizado” que perante o vazio demográfico e a supremacia concedida ao imigrante branco, trazendo “civilidade para o caboclo”.

Logo, o papel das novas reflexões históricas neste trabalho não só demonstra a atribuição de um estereótipo racial, bem como chama atenção para a compreensão da história dos vencidos. Ora, se a imigração e os brancos representaram o progresso contado pela história oficial, então esta pesquisa identificou o caboclo como o oprimido, pela impossibilidade deste “Ser” caboclo construir algo positivo no imaginário da Primeira República. Portanto, a negação da identidade cabocla pela história dos vencedores nas realidades do Contestado foi criada de forma hierárquica a fim de manter o próprio sistema excludente.

Referências

- AURAS, Marli. *Guerra do Contestado: A organização da irmandade cabocla*. Florianópolis, Cortez, 1984.
- BHABHA, Homi. A questão do “outro”: diferença, discriminação e o discurso do colonialismo. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de. (Org.). *Pós-modernismo e política*. Rio de Janeiro: Rocco, 1992, p.177-203.
- BRITO, Caio Dias de. Os caboclos do Contestado: “fanáticos” ou não? *Revista Santa Catarina em História*, Florianópolis, v.1, n.1, p.63-72, 2010.
- BROGNI, Lianeide; WOLFF, Selma; CANABARRO, Tâmara. Ensaio ao pensamento de Euclides da Cunha e a visão do sertanejo nordestino. *Revista Historiador*, Porto Alegre, vol. 1, n.1, p.63-76, 2008.
- CABRAL, Oswaldo Rodrigues. *A Campanha do Contestado*. Florianópolis, Lunardelli, 1979.
- CARMO, Sura Souza. Os sertanejos das províncias do norte do império na literatura e nas crônicas de viagem do século XIX. In: XXIX Simpósio Nacional de História. Brasília, 2017.
- FERREIRA, Elisângela Alves de Moraes. *Refletindo o conceito de miscigenação no Brasil*. 2012. 25 f. Trabalho de graduação (Disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso em Pedagogia) - Departamento de Educação, Universidade Estadual da Paraíba, Guarabira, 2012.
- MACHADO, Cristina Buratto Gross. Rupturas e permanências de uma população tradicional no pós-guerra: o caboclo do Contestado. *Revista Geografia Opportuno Tempore*, Londrina, v.26, n.1, p.158-172, 2017.
- MACHADO, Paulo Pinheiro. *As lideranças do Contestado*. Campinas, Editora da Unicamp, 2004.
- OLIVEIRA, Ricardo de. Euclides de Cunha, Os sertões e a invenção de um Brasil profundo. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 22, n. 44, p.511-537, 2002.
- PAGANI, Eliane Barbosa Santos. A Guerra do Contestado e o legado para a região catarinense: pobreza e desigualdade no município de Timbó Grande. *Revista Geografia Opportuno Tempore*, Londrina, v.3, n.3, p.49-62, 2017.
- PEREIRA, Marcos Emanuel; MODESTO, João Gabriel; MATOS, Marta Dantas. Em direção a uma nova definição de estereótipos: teste empírico do modelo num primeiro cenário experimental. *Revista Psicologia e Saber Social*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p.201-220, 2012.

- RANGEL, Pollyanna Soares. Apenas uma questão de cor? As teorias raciais dos séculos XIX e XX. *Revista Simbiótica*, Vitória, v.2, n.1, 2015.
- REZENDE, Maria José de. Os sertões e os (des) caminhos da mudança social no Brasil. *Revista Tempo Social*, São Paulo, v.13, n.2, p.201-226, 2001.
- SÁ, Eliane Garcindo de. *Mestiço: entre o mito, a utopia e a história*. Reflexões sobre a mestiçagem. Rio de Janeiro, Quartet: Faperj, 2013.
- SANTANA, Nara M. C.; SANTOS, Ricardo Augusto dos. Projetos de modernidade: autoritarismo, eugenia e racismo no Brasil do século XX. *Revista de Estudos Sociales*, n.58, p.28-38, 2016.
- SANTOS, Raquel Amorim dos; SILVA, Rosângela Maria de Nazaré Barbosa e. Racismo científico no Brasil: um retrato racial do Brasil pós-escravatura. *Educar em Revista*, Curitiba, v.34, n.68, p.253-268, 2018.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: Cientistas, Instituições e Questão Racial no Brasil 1870-1930*. São Paulo, Companhia das Letras, 1993.
- SILVA, Marcio Antônio Both da. Caboclos: as especificidades históricas e os diferentes empregos de uma palavra. In: *XII Encontro Estadual de História*, ANPUH/RS, São Leopoldo, 2014.
- SOUZA, Vanderlei Sebastião de. Ciência e miscigenação racial no século XX: debates e controvérsias de Edgard Roquette-Pinto com a antropologia física norte-americana. *Revista História, Ciências, Saúde - Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 23, n.3, p.597-614, 2016.
- THOMÉ, Nilson. *Civilizações Primitivas do Contestado*. Caçador, Editora Universal, 1981.
- THOMÉ, Nilson. *Sangue, Suor e Lágrimas no Chão Contestado*. Caçador, Edições Incon, UnC, 1992.
- VALENTINI, Delmir José; RADIN, José Carlos. Camponeses no sertão catarinense: a colonização da região do Contestado nas primeiras décadas do século XX. In: *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História*, ANPUH, São Paulo, 2011.
- VASCONCELOS. Cláudia Pereira. A construção da imagem do nordestino/sertanejo na constituição da identidade nacional. In: *II Enecult - Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura*, Salvador, 2006..

Andreza da Silva Jacobsen – Mestranda em Direito e Justiça Social pelo Programa de Pós-Graduação em Direito e Justiça Social, Universidade Federal do Rio Grande (FURG). E-mail: andreza.jacobsen@outlook.com.